

RELATÓRIO DE GESTÃO - PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO

1.1 Secretário(a) de Saúde em Exercício

Secretário em Exercício

Nome: VITOR MANUEL JESUS MATEUS Data da Posse: 20/05/2015

Secretário de Saúde Referente ao Ano do Relatório de Gestão

Nome: VITOR MANUEL JESUS MATEUS Data da Posse: 20/05/2015

A Secretaria de Saúde teve mais de um gestor no período a que se refere o RAG? Não

1.2 Informações do Fundo Estadual de Saúde

Instrumento legal de criação do FES Tipo Lei - 5740
CNPJ 83.369.835/0001-40 - Fundo de Saúde
Data 16/02/1993
O Gestor do Fundo é o Secretário da Saúde? Sim
Gestor do FES VITOR MANUEL JESUS MATEUS
Cargo do Gestor do FES Secretário de Saúde

1.3 Informações do Conselho de Saúde

Instrumento legal de criação do CES Tipo Decreto - 7264
Nome do Presidente do CES MARIA EUNICE BEGOT DA SILVA DANTAS
Data 24/04/2009
Segmento gestor
Data da última eleição do Conselho 22/03/2016
Telefone 9140064356
E-mail ces.para@yahoo.com.br

1.4 Conferência de Saúde

Data da última Conferência de Saúde 09/2015

1.5 Plano de Saúde

A Secretaria tem Plano de Saúde? Sim
A Secretaria de Saúde tem Plano de Saúde referente ao período de 2016 a 2019? Sim
Situação Aprovado
Aprovação no Conselho de Saúde Resolução nº 39 Em 25/07/2017

ARQUIVOS ANEXOS

Documento

PES 2016-2019 completo.zip

Resolução 039 - 7ª R. Ord. 25 07 2017 - Aprova o Plano Estadual de Saúde e a Programação Anual de

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2017? Sim
Situação Aprovado
Aprovação no Conselho de Saúde Resolução nº 39 Em 25/07/2017

ARQUIVOS ANEXOS

Documento

PAS 2017 - CAPA D1-2-3.rar, PAS 2017 - D4 A D7.rar, PAS 2017 - D8 A D13.rar

Resolução 039 - 7ª R. Ord. 25 07 2017 - Aprova o Plano Estadual de Saúde e a Programação Anual de

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2018? Não

1.6 Plano de Carreira, Cargos e Salários

O estado possui Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)? Não

O estado possui Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)? Sim

1.7 Informações sobre Regionalização

Regiões de Saúde Existentes no Estado: 13

1.8 Introdução - Considerações Iniciais

A SECRETARIA DE ESTADO E SAÚDE PÚBLICA - SESPA apresenta o seu Relatório Anual de Gestão - RAG do exercício 2017, onde estão demonstrados os desempenhos das metas estabelecidas no Plano Estadual de Saúde – 2016/2019, possibilitando também a comprovação da aplicação dos recursos financeiros. Ao fazê-lo, cumpre determinações dos mais diferentes dispositivos: como leis, decretos, portarias e resoluções emanadas do Ministério da Saúde, gestor nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, que regulamentam o funcionamento da saúde em todo o território nacional. O RAG tem como propósito apoiar o gestor de cada esfera na condução do SUS, permitir a verificação da efetividade alcançada na atenção integral à saúde, subsidiar as atividades de controle e auditoria, além de contribuir para a participação social em saúde. No desenvolvimento deste relatório é importante fazer-se referência a pactuação quinquenal realizada por todos os atores do SUS/PA para o período 2017-2021 com 49 indicadores, sendo 26 estaduais e 23 nacionais (Sispacto), isto só foi possível com a resolução CES/PA 025, já inclusos os aprovados pela Resolução CIT nº 08/2016, possibilitando um suporte técnico para elaboração dos Planos Municipais de Saúde/PMS. Finalmente vale destacar neste exercício o início da produção do processo de Planejamento Regional Integrado/PRI com a elaboração dos PMS (na conformidade da portaria nº 2.135) com o foco regionalizado até a produção do Plano Regional de Saúde/PRS, na perspectiva de atender a Programação Geral das Ações e Serviços de Saúde/PGASS. Portanto estamos em um cenário novo, onde no desenvolvimento destas práticas podemos atingir o Planejamento Estadual Integrado. Nesta ótica, já tomamos passos significativos para uma construção didática e pedagógica, norteando todo o processo integrado com uma metodologia de construção, presença e aprendizagem.

2.1. POPULAÇÃO ESTIMADA DO ANO 2017

8.366.628

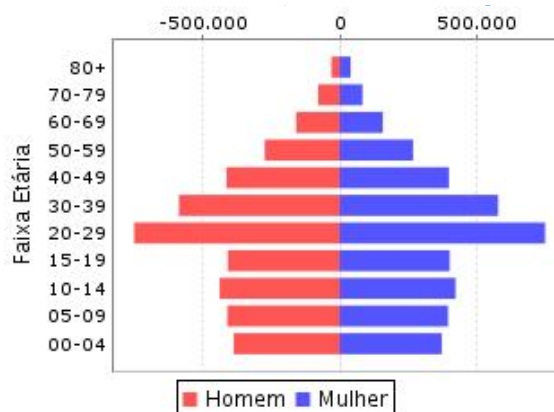
População do último Censo (ano 2012)	Qte	%
Total	7.822.205	100,00%

População do último Censo (ano 2010)	Qte	%
Branca	1.653.307	29,15%
Preta	548.825	6,56%
Amarela	69.198	0,83%
Parda	5.270.307	62,99%
Indígena	39.081	0,47%
Sem declaração	333	0,00%



2.1.1. POPULAÇÃO - SEXO E FAIXA ETÁRIA

Faixas Etárias	Homem	Mulher	Total
00-04	388.116	373.446	761.562
05-09	411.107	396.467	807.574
10-14	439.258	423.788	863.046
15-19	409.417	402.361	811.778
20-29	752.261	751.556	1.503.817
30-39	588.407	579.647	1.168.054
40-49	414.530	399.493	814.023
50-59	274.404	268.477	542.881
60-69	159.635	157.745	317.380
70-79	78.894	83.285	162.179
80+	30.160	39.751	69.911
Total	3.946.189	3.876.016	7.822.205



Análise e considerações do Gestor sobre Dados Demográficos

O estado do Pará é uma das 27 unidades federativas do Brasil e a segunda maior delas em território, com uma área de 1.247.954.888 km², constituído por 144 municípios, que possuem área média de 8 864,50 km² e possui uma população estimada de 8.366.628 habitantes. Levando em consideração o panorama territorial e de acordo as informações referem-se ao ano de 2012 e neste sentido, observa-se que a faixa etária de 20-29 anos(1.503.817 é a que prevalece no Estado equiparando-se quantitativamente tanto homens (752.261) como mulheres (751.556). Na sequência a faixa etária que se destaca é a de 30-39 anos mostrando também que a diferença quantitativa entre homens e mulheres é não é significativa. Nesta direção, a leitura que se pode fazer dos dados disponibilizados pelo IBGE (2012) é que a população paraense de modo geral ainda é bastante jovem e que apenas um quantitativo incipiente, isto é, de 69.911 pessoas que se encontram na faixa etária de 80+ anos. Contudo há estudos que demonstram a tendência maior de envelhecimento. Estes dados nos auxiliam a explicar porque a incidência de Mortes por Grupos de Causas, Faixa Etária e por Residência (CID 10 – Capítulo XX Causas externas de mortalidade - Tabela 2.3) no estado do Pará ocorre significativamente na população que se encontra com a idade de 20-29 e na de 30-39 anos. Destacando-se :Causas externas de mortalidade referem-se principalmente aos acidentes no trânsito e na faixa 80 +(2.711) doenças do aparelho circulatório. Diante desse contexto, os dados sinalizam ainda para a necessidade de uma articulação conjunta não só da saúde, mas com as demais políticas setoriais para ações e serviços que possam contribuir para a redução destes indicadores que se refletem na saúde., conforme tabela apresentada neste relatório, o Estado possui uma população dividida em 05 etnias: branca, preta, amarela, parda e indígena. Com base nos dados é possível observar que 62,99% da população paraense se declararam pardos, ou seja, mais da metade da população e com 29,15% dos paraenses que se declararam brancos e apenas 0,47% deste universo considera-se como tendo uma etnia indígena. Portanto este é o atual quadro de nossa etnia que deverá se levado em consideração na construção das programação de ações e serviços de saúde.

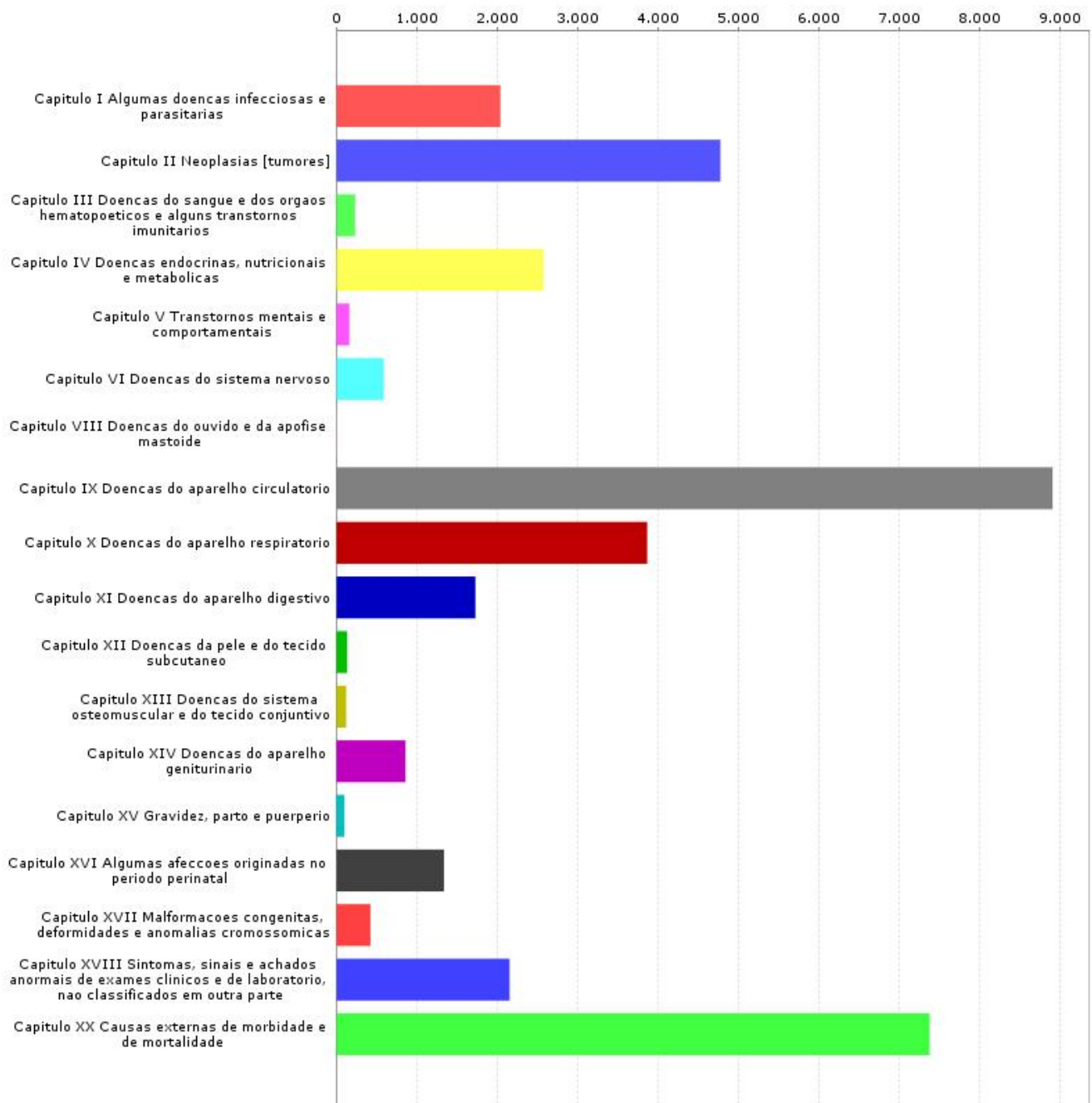
2.3 MORTALIDADE POR GRUPOS DE CAUSAS, FAIXA ETÁRIA E POR RESIDÊNCIA (Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIM - 0)

Última atualização: 03/04/2018 07:53:02

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	144	41	25	18	27	173	325	272	266	246	235
Capítulo II Neoplasias (tumores)	10	33	37	42	50	125	254	471	811	1.124	1.035

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	20	11	5	6	16	29	29	22	21	24	26
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	25	12	5	6	5	22	52	132	330	562	688
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	1	0	1	7	14	14	21	30	32
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	19	21	15	16	19	38	27	23	40	47	102
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	0	0	0	1	1	1	1	1	0	2	2
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	30	17	5	29	41	110	288	546	1.046	1.665	2.236
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	108	107	28	27	35	89	99	177	319	554	877
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	22	14	6	11	13	48	110	219	309	340	347
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	2	2	0	2	0	6	14	8	26	23	23
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	1	2	1	2	4	17	14	7	10	22	23
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	10	2	4	2	9	13	37	56	90	163	209
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	0	0	0	0	24	38	33	10	0	0	0
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	1.333	1	0	0	0	2	0	0	0	1	0
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	336	28	11	8	7	4	4	9	5	9	4
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	75	58	20	23	41	144	177	227	337	405	608
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	21	84	66	113	962	2.271	1.562	960	547	299	150
Total	2.156	433	229	306	1.255	3.137	3.040	3.154	4.178	5.516	6.597

Internações por Capítulo CID-10	80	Idade ignorada	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	266	6	2.044
Capítulo II Neoplasias [tumores]	785	0	4.777
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	29	0	238
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	739	2	2.580
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	46	1	167
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	228	0	595
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	0	0	9
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	2.880	10	8.903
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	1.443	4	3.867
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	290	4	1.733
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	34	0	140
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	25	0	128
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	267	3	865
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	0	0	105
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	1	4	1.342
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	4	0	429
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	0	43	2.158
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	175	166	7.376
Total	8.273	243	38.517



Análise e considerações sobre Mortalidade

Ao analisar a evolução da mortalidade por grupos de causas no Pará, em 2017, observa-se um predomínio das doenças do aparelho circulatório, com uma notificação de 8.903 óbitos. As demais causas bem definidas, correspondem as causas externas (7.378 óbitos), neoplasias (4.777 óbitos), doenças respiratórias (3.867 óbitos) e doenças endócrinas (2.580 óbitos). As causas mal definidas, que correspondem ao capítulo dos sintomas e sinais (Cap. XVII), ainda apresentam um número significativo, ocasionado principalmente pelos óbitos domiciliares sem assistência médica. Considerando a faixa etária, a maior mortalidade está na faixa do idoso (80 anos e mais), que apresentou a maior mortalidade nas doenças circulatórias e o adulto jovem (15 a 49 anos) com uma mortalidade significativa nas causas externas. É importante destacar que os dados de 2017 são provisórios e sem previsão de encerramento do banco de dados.

2.4. MORBIDADE HOSPITALAR POR GRUPOS DE CAUSAS E FAIXA ETÁRIA (Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIH - Jan - 0)

Internações por Capítulo CID-10	Faixa Etária												Total
	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80	
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	6.094	12.136	5.043	3.100	3.168	6.110	5.429	4.511	4.320	4.062	3.243	2.211	59.427
Capítulo II Neoplasias (tumores)	49	466	512	464	438	855	2.163	3.531	1.931	1.643	966	312	13.330

Análise e considerações sobre Mortalidade

No que se refere a morbidade hospitalar, as doenças de relevância para o estado do Pará, estão distribuídos por capítulos de acordo com o registro de dados no SIH/SUS demonstrados abaixo: (posição de 20.03.2017)

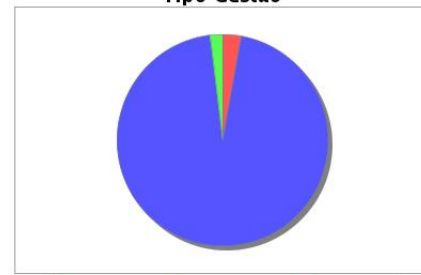
- Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério: 129.462
- Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias: 59.427
- Capítulo X Doenças do aparelho respiratório: 56.753.
- Capítulo XIX Lesões, envenenam. e algumas outras conseq. de causas externas: 51.853.
- Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo: 43.396.
- Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório : 24.739.
- Capítulo II Neoplasias (tumores): 13.330.

Em relação a 2016 a Gravidez, parto e puerpério cresceu em número absoluto passando de 120.476 para 129.462 ainda permanecendo no topo da lista.

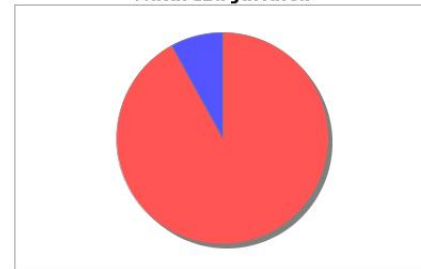
3.1 TIPO GESTÃO

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
POSTO DE SAUDE	868	868	0	0
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	1.189	1.164	9	16
POLICLINICA	24	23	1	0
CONSULTORIO ISOLADO	17	17	0	0
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	47	45	0	2
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	119	116	2	1
UNIDADE MOVEL FLUVIAL	11	11	0	0
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	252	234	5	13
FARMACIA	71	44	27	0
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	156	153	2	1
CENTRO DE PARTO NORMAL - ISOLADO	2	1	0	1
HOSPITAL/DIA - ISOLADO	5	5	0	0
UNIDADE MISTA	28	17	3	8
PRONTO SOCORRO GERAL	3	3	0	0
PRONTO SOCORRO ESPECIALIZADO	4	2	2	0
HOSPITAL GERAL	158	127	14	17
HOSPITAL ESPECIALIZADO	18	13	5	0
COOPERATIVA	3	3	0	0
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	117	117	0	0
LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA LACEN	5	5	0	0
SECRETARIA DE SAUDE	157	137	15	5
CENTRO DE ATENCAO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	10	1	6	3
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	91	79	8	4
CENTRO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA	75	75	0	0
UNIDADE DE ATENCAO A SAUDE INDIGENA	89	89	0	0
PRONTO ATENDIMENTO	25	25	0	0
POLO ACADEMIA DA SAUDE	77	77	0	0
TELESSAUDE	4	4	0	0
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS	10	8	2	0
CENTRAL DE REGULACAO	91	84	6	1
Total	3.726	3.547	107	72

Tipo Gestão



Natureza Jurídica



3.2. NATUREZA JURÍDICA (GERÊNCIA)

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
MUNICIPAL	3.220	3.158	7	55
PRIVADA	300	281	7	12
FEDERAL	104	103	1	0
ESTADUAL	122	23	93	6
Total	3.746	3.565	108	73

Justificativa da Dupla Gestão

Gestão Dupla (Estadual e Municipal) – ocorre quando a Secretaria Municipal de Saúde apresenta produção de MAC (Média e/ou Alta Complexidade) cujo serviço é regulado pelo estado, por estar sob gestão estadual. Esses serviços geralmente integram a rede assistencial dos municípios tidos como municípios em gestão básica, onde o estado tem a gestão das unidades assistenciais implantadas nos municípios, sejam próprias ou particulares contratadas com o SUS. No Pará temos atualmente (conforme quadro acima) temos 2,88%, cujas unidades assistenciais com serviços de média e alta complexidade encontram-se sob a gestão do Estado e 1,95% sob gestão dupla. De 2014 para 2017 ocorreu uma alteração sobre a gestão do Estado passando de 3,18 para 2,88% e de gestão dupla passou de 3,18 para 1,95% podendo significar em amadurecimento no processo de gestão descentralizada.

Análise e considerações do Gestor sobre Prestadores de Serviços ao SUS

As informações constantes no site do DATASUS/CNES com a data atual é considerada para todo e qualquer trabalho estatístico oficial, pois, todos os municípios são obrigados a informar as unidades cadastradas no CNES Base Local para o CNES Base Nacional a mesma regra válida para a Gestão Estadual, e devem mantê-lo atualizado, de acordo com norma específica do Ministério da Saúde. Apesar disso algumas inconsistências são observadas no Sistema decorrentes da não atualização dos dados ou registros incorretos dos mesmos. Inconsistências do Sistema distorcem a realidade. A falta de atualização correta do sistema não mostra que temos 144 Secretarias Municipais de Saúde e uma Secretaria de Estado de saúde. Dessa forma, torna-se inviável a análise, pois os bancos de dados apresentam distorção.

AUTONOMO	
TIPO	TOTAL
COOPERADO	17
INTERMEDIADO P ENTIDADE FILANTROPICA E/OU SEM FINS LUCRATIVO	128
INTERMEDIADO POR COOPERATIVA	1
INTERMEDIADO POR EMPRESA PRIVADA	193
PESSOA FISICA	788
PESSOA JURIDICA	73
SEM INTERMEDIACAO(RPA)	169
SEM TIPO	411
TOTAL	1780
BOLSA	
TIPO	TOTAL
BOLSISTA	525
TOTAL	525
COOPERATIVA	
TIPO	TOTAL
SEM TIPO	188
TOTAL	188
ESTAGIO	
TIPO	TOTAL
ESTAGIARIO	21
TOTAL	21
INFORMAL	
TIPO	TOTAL
CONTRATADO VERBALMENTE	201
TOTAL	205
VOLUNTARIADO	4
INTERMEDIADO	
TIPO	TOTAL
AUTONOMO	23
CELETISTA	34
CONTRATADO TEMPORARIO OU POR PRAZO/TEMPO DETERMINADO	93
COOPERADO	13
EMPREGADO PUBLICO CELETISTA	12
TOTAL	175
OUTROS	
TIPO	TOTAL
BOLSA	2
CONTRATO VERBAL/INFORMAL	58
PROPRIETARIO	60
TOTAL	120



RESIDENCIA	
TIPO	TOTAL
RESIDENTE	565
TOTAL	565
VINCULO EMPREGATICIO	
TIPO	TOTAL
CARGO COMISSIONADO	246
CELETISTA	1432
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	29521
EMPREGO PUBLICO	5736
ESTATUTARIO	30366
SEM TIPO	3836
TOTAL	71137

Análise e Considerações Profissionais SUS

Pactuação Interfederativa 2017 a 2021

Relação de Indicadores

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
1	TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA (de 30 a 69 anos) PELO CONJUNTO DAS 4 PRINCIPAIS DCNT (DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO, CÂNCER, DIABETES E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS CRÔNICAS)	82,40		/100.000
10	PROPORÇÃO DE ANÁLISES REALIZADAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO QUANTO AOS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, CLORO RESIDUAL LIVRE E TURBIDEZ	62,50		%
11	RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DE DETERMINADO LOCAL E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,23		RAZÃO
12	RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DE DETERMINADO LOCAL E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,14		RAZÃO
13	PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR	51,46		%
14	PROPORÇÃO DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA ENTRE AS FAIXAS ETÁRIAS 10 A 19 ANOS	26,99		%
15	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL.	14,48		/1000
16	NÚMERO DE ÓBITOS MATERNS EM DETERMINADO PERÍODO E LOCAL DE RESIDÊNCIA	70,00		N.Absoluto
17	COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA PELAS EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA.	57,75		%
18	COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	86,98		%
19	COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA DE SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO BÁSICA	30,28		%
2	PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL (MIF) INVESTIGADOS	80,00		%
20	PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE REALIZAM NO MÍNIMO SEIS GRUPOS DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONSIDERADAS NECESSÁRIAS A TODOS OS MUNICÍPIOS.	70,00		%

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
21	AÇÕES DE MATRICIAMENTO REALIZADAS POR CAPS COM EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA	4,00		%
23	PROPORÇÃO DE PREENCHIMENTO DO CAMPO "OCUPAÇÃO" NAS NOTIFICAÇÕES DE AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO	66,70		%
3	PROPORÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA	90,00		%
4	PROPORÇÃO DE VACINAS SELECIONADAS DO CNV PARA CRIANÇAS < 2 ANOS - PENTAVALENTE (3ª DOSE), PNEUMOCÓCICA 10-VALENTE (2ª), POLIOMIELITE (3ª) E TRÍPLICE VIRAL (1ª) - COM COBERTURA VACINAL PRECONIZADA	87,20		%
5	PROPORÇÃO DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA IMEDIATA (DNCI) ENCERRADAS EM ATÉ 60 DIAS APÓS NOTIFICAÇÃO	80,00		%
6	PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE HANSENÍASE DIAGNOSTICADOS NOS ANOS DAS COORTES	90,00		%
7	NÚMERO DE CASOS AUTÓCTONES DE MALÁRIA	317,00		N.Absoluto
8	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE UM ANO DE IDADE	454,00		N.Absoluto
9	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE AIDS EM MENORES DE 5 ANOS	17,00		N.Absoluto

DIRETRIZ 1: AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE QUALIDADE, EM TEMPO ADEQUADO, COM ÊNFASE NA HUMANIZAÇÃO, EQÜIDADE E NO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE, APRIMORANDO A POLÍTICA DE ATENÇÃO BÁSICA, ESPECIAL, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, GARANTINDO O ACESSO A MEDICAMENTOS NO ÂMBITO DO SUS.

Ampliar e qualificar o acesso aos serv. de saúde de qualidade, em tempo adequado, c/ ênfase na humanização, eqüidade e no atend. das necess. de saúde, aprimorando a política de AB,e especial,amb.hosp.

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
S001	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do programa Bolsa Família (PBF).	86,98	76,84	%

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	(D1.O1.Ms1.Mg01): Fomentar a divulgação da alimentação saudável como fator de promoção à saúde, através do Programa Saúde na Escola - PSE, Prevenção do Câncer, Programa Academia da Saúde - PAS e em Situações Nutricionais Especiais.	16,00	47,00	N ABSOLUTO
1.2	(D1.O1.Ms1.Mg02): Fomentar a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) em 100% dos municípios do Pará.	42,00	60,00	N ABSOLUTO

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
----	-----------	-----------	-----------	---------

S002 Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica. 30,28 41,83 %

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D1.O1.Ms2.Mg01): Incentivar os municípios no aumento da cobertura populacional estimada pelas equipes de saúde bucal, fazendo com que o Estado atinja em 35%.	35,00	36,34	%
1.2	D1.O1.Ms2.Mg02): Reduzir o percentual de exodontia em relação aos procedimentos preventivos e curativos, incentivando os municípios na prática de procedimentos educativos, preventivos e curativos, fazendo com que o Estado atinja um percentual inferior a 8%.	10,00	10,65	

S003 Média da ação coletiva de escovação dental supervisionada. 1,00 0,09 %

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D1.O1.Me3.Mg01): Incentivar os municípios no aumento da ação coletiva de escovação dental supervisionada fazendo com que os Estado atinja 1.00%.	1,60	0,09	%

S004 Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica 57,75 66,36 %

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D1.O1.Ms4.Mg01): Apoiar institucionalmente os MUNICIPIOS FOMENTANDO que os mesmos aumentem o seu 58% de cobertura populacional de Estratégia de Saúde da Família - ESF e Agente Comunitário de Saúde - ACS.	52,00	58,78	%
1.2	D1.O1.Ms4.Mg02): Apoiar institucionalmente os municípios na Política Nacional de Atenção Básica.	29,00	46,00	N ABSOLUTO
1.3	D1.O1.Ms4.Mg03): Implantar e implementar a Política Estadual de Atenção Integral a Saúde do Homem em 50% dos municípios.	12,00	12,00	N ABSOLUTO
1.4	D1.O1.Ms4.Mg04): Sensibilizar os municípios para o processo de adesão ao Programa saúde na escola - PSE em 100% em cada ano e capacitar as ESF e os profissionais de educação em 60% dos municípios que aderiram ao PSE.	60,00	88,20	%
1.5	D1.O1.Ms4.Mg08): Apoio a Implementação de Serviços da At.Primária, realizando ações de saúde com atend. itinerante p/ garantir acesso aos serviços básicos.	120.000,00	20.760,00	N ABSOLUTO
1.6	D1.O1.Ms4.Mg06): Apoiar as ações de saúde indígena.	9,00	9,00	N ABSOLUTO

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.7	D1.O1.Ms4.Mg07): Monitorar 60% das estratégias Saúde da Família Quilombolas/Assentados, Ribeirinhos e Fluviais.	21,00	21,00	N ABSOLUTO

S005 Proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Básica (Icsab). 29,06 22,29 %

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D1.O1.Me5.Mg01): Fomentar a Implantação e Implementação da política de atenção integral à Saúde de Adolescentes e jovens nos municípios do Estado do Pará.	53,00	30,00	N ABSOLUTO
1.2	D1.O1.Me5.Mg02): Fomentar e prestando assessoria técnica visando implantação do PNAISARI - Política Nacional de Atenção Integral à saúde de Adolescentes em conflito com a lei, nos municípios que possuem unidades socioeducativas de internação e internação provisória.	8,00	11,00	N ABSOLUTO
1.3	D1.O1.Me5.Mg03): Monitorar e Acompanhar em 100% os Planos de Ações do Cofinanciamento.			N ABSOLUTO

S006 Razão de procedimentos ambulatoriais de média complexidade e população residente. 43,17 53,59 RAZAO

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D1.O1.Me9.Mg5SAÚDE/Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade. Implementação da Gestão dos Hospitais Públicos Estaduais (OSS). (referencia em milhao)	3,80	2,18	N ABSOLUTO
1.10	D1.O1.Me6.Mg02 - Realizar o diagnóstico laboratorial de média e alta complexidade.	109.000,00	140.190,00	N ABSOLUTO
1.10	D1.O1.Me7.Mg13 Manutenção do Contrato de Gestão dos hospitais. Repasse financeiro para gestão dos hospitais públicos estaduais-Programado para o ano/2017			
1.10	D1.O1.Me6.Mg01): Implementar/implantar as ações de saúde em 100% dos municípios que aderiram a Política de Atenção Integral a Saúde Prisional	36,00	34,00	N ABSOLUTO
1.10	D1.O1.Me6.Mg03 Requalificação dos Estabelecimentos de Saúde. Apoiar a estruturação de hospitais municipais.	12,00	12,00	N ABSOLUTO
1.2	D1.O1.Me6.Mg05): Requalificar os estabelecimento de saúde na Fundação HEMOPA.			N ABSOLUTO

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.3	D1.O1.Me6.Mg 09):Garantir atend.integral e interdisciplinar às mulheres, cria/adolesc.e suas famílias em situação de violências.Cidad.e direitos humanos/ atend.integrado de cria/adolesc. e mulheres em sit.de violência-PROPAZ.	1.985,00	10.964,00	N ABSOLUTO
1.4	D1.O1.Me7.Mg 02/2017)-Garantir assistência especializada e integral a saúde da mãe e neonato.	13.563,00	14.192,00	N ABSOLUTO
1.5	D1.O1.Me7Mg 03/2017)-Asseg. o tratam.médico, hosp.e psicoss.às vítimas de escapel.	345,00	769,00	N ABSOLUTO
1.6	D1.O1.Me7Mg 05)-Ofertar serviços hospitalares de média e alta complexidade de qualidade para população residente.	24.000,00	24.509,00	N ABSOLUTO
1.7	1.O1.Me7.Mg 06)-Aumentar o nº de procedimentos ambulatoriais de média-SAÚDE/Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade.	4.084,00	4.047,00	N ABSOLUTO
1.8	Me 7Mg 07/2017)-Assegurar os registros de agravos de notificação compulsória.SAÚDE/Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade.	4.540,00	4.540,00	N ABSOLUTO
1.9	D1.O1.Me6.Mg 06)-Reformar o hospital centenário da FSCMP	1,00		N ABSOLUTO

S007 Razão de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade e população residente. 3,07 66,04 RAZAO

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D1.O1.Me7.Mg08 SAÚDE/Implementar o Tratamento Fora de Domicílio TFD,	230,00	230,00	N ABSOLUTO
1.10	D1.O1.Me7.Mg21): Implementar as ações de média e alta complexidade no Estab.Assist.de Saúde - EAS. Programado :525.792 ações(EXAMES)	240.020,00	240.020,00	N ABSOLUTO
1.10	D1.O1.Me7.Mg25):Implementar a assistência farmacêutica de média e alta complexidadeo (Programado:3.500.000-OK!)	350.000,00	3.500.000,00	N ABSOLUTO
1.10	D1.O1.Me7.Mg09-Reg.em Saúde,Implem.as ações de avaliação e controle das unid.dispens.de medica. especializados.	17,00	17,00	N ABSOLUTO

N°	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
N°	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.10	D1.O1.Me7.Mg09-Reg.em Saúde,Implem.as ações de avaliação e controle das unid.dispens.de medica. especializados	17,00	170,00	N ABSOLUTO
1.10	D1.O1.Me7.Mg11- Regulação em Saúde, Implementar as ações de controle e avaliação ambulatorial e hospitalar nos municípios do estado, monitorando e avaliando a execução financeira.	13,00	13,00	N ABSOLUTO
1.10	D1.O1.Me7.Mg10-Reg.em Saúde, Implant. e implement. o sist.de inform.SIA/SIH/SUS,CNES E SISPPi nos CRS e munic. de abrang.	116,00	116,00	N ABSOLUTO
1.10	D1.O1.Me7.Mg26):Expandir a visita domiciliar oncológica.	640,00	640,00	N ABSOLUTO
1.10	D1.O1.Me7.Mg27): Ampliar a capacidade de resposta e funcionalidade do Prog.de Transplante do Estado, considerando todas as etapas do Processo	17,00	17,00	N ABSOLUTO
1.10	D1.O1.Me7.Mg10-Reg.em Saúde, Implant. e implement. o sist.de inform.SIA/SIH/SUS,CNES E SISPPi nos CRS e munic. de abrang.	116,00	116,00	N ABSOLUTO
1.10	.D1.O1.Me7.Mg12 Regulação em Saúde, Implementar as ações de controle e avaliação ambulatorial e hosp. nos munic.do estado, avaliando os serviços de saúde	130,00	130,00	N ABSOLUTO
1.10	D1.O1.Me7.Mg28):Implementar a assistência farmacêutica de média e alta complexidade.	1.500,00	1.500,00	N ABSOLUTO
1.2	D1.O1.Me7.Mg12 -Regulação em Saúde, Implementar as ações de controle e avaliação amb.e hosp.nos munic.do estado, avaliando os serviços de saúde.	130,00	130,00	N ABSOLUTO
1.3	D1.O1.Me7.Mg11-Regulação em Saúde, Implementar as ações de controle e avaliação ambulatorial e hospitalar nos municípios do estado, monitorando e avaliando a execução financeira.	13,00	13,00	N ABSOLUTO
1.4	D1.O1.Me7.Mg15): Realizar serviço de Hemoterapia	117.007,00	117.007,00	N ABSOLUTO
1.5	D1.O1.Me7.Mg10-Regulação em Saúde, Implantar e implementar o sistema de informação SIA/SIH/SUS, CNES E SISPPi nos CRS e municípios de abrangência	116,00	116,00	N ABSOLUTO

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.6	D1.O1.Me7.Mg01 SAÚDE/Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade. Implementar serviços de oncologia no estado do Pará.	213.720,00	213.720,00	N ABSOLUTO
1.8	D1.O1.Me7.Mg19:SAÚDE/Implementação da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa c/ Deficiência.	14.936,00	14.936,00	RAZÃO
1.9	D1.O1.Me7.Mg16): Captar os candidatos à doação de sangue e medula óssea	134.520,00	134.520,00	N ABSOLUTO

S008 Número de Leitos hospitalares do SUS por mil habitantes. 1,39 1,43 %

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D1.O1.Me8.Mg5 Implant.de Estab. Assist.de saúde, Implantar hospitais regionais públicos estaduais	6,00	6,00	N ABSOLUTO
1.2	D1.O1.Me8.Mg1-Implement. dos Serv. de Média e Alta Complex.,Hab.leitos novos e qualificar existentes no SUS pela RUE como leitos de retaguarda clínica (159).	159,00	159,00	N ABSOLUTO
1.3	D1.O1.Me8.Mg2-Implement.dos Serv. de Média e Alta Complex.,Apoiar tecnicamente a habilit.de leitos de Unid.de Acidente Vascular Cerebral-AVC e Unid. Coronarianas-UCO.	14,00	14,00	N ABSOLUTO

S009 Doador por milhão da população (pmp) Pará. 1,39 4,02 %

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D1.O1.Me9.Mg4 SAÚDE/Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade, Implementar os serviços de captação, distribuição e transplantação de órgãos e tecidos no estado do Pará.	459,00	459,00	N ABSOLUTO

S010 Percentual de municípios com o Sistema Hórus implantado ou enviando o conjunto de dados por meio do serviço webservice 66,05 56,25 %

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D1.O1.Me10.Mg01): Incentivar a promoção do uso racional de medicamentos em 50% dos municípios do estado.	13,00	13,00	N ABSOLUTO
1.2	D1.O1.Me10.Mg02): Apoiar tecnicamente a estruturação organizacional da central de abastecimento farmacêutico em 50% dos municípios do estado	13,00	13,00	N ABSOLUTO

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.3	D1.O1.Me10.Mg05): Realizar o acompanhamento do repasse de recurso financeiro do componente básico da assistência farmacêutica para 100% dos municípios e das unidades de saúde prisional.	1.740,00	1.740,00	N ABSOLUTO
1.4	D1.O1.Me10.Mg06): Implantar o sistema nacional de gestão da Assistência Farmacêutica - Hórus especializado em 100% das unidades dispensadoras de medicamentos especializados.	29,00	29,00	N ABSOLUTO
1.5	D1.O1.Me10.Mg07): Implantar o sistema nacional de gestão da assistência farmacêutica Hórus em 75% das centrais de abastecimento. Farmacêutico do nível estadual (CAF estadual e das regionais de saúde).	6,00	6,00	N ABSOLUTO
1.6	D1.O1.Me10.Mg08): Garantir a oferta regular de medicamentos dos componentes estratégico e especializado 75% nas regiões de saúde.	504,00	504,00	N ABSOLUTO
1.7	D1.O1.Me10.Mg09): Apoiar a implantação do sistema nacional de gestão da assistência farmacêutica - Hórus em 50% dos municípios do estado.	13,00	13,00	N ABSOLUTO

S011 Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população resident 0,23 0,17 RAZAO

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D1.O1.Ms11.Mg01): Apoiar tecnicamente para a ampliação de ações de promoção, prevenção, detecção e tratamento do câncer de colo de útero, na oferta de exames de PCCU	7,00	7,00	N ABSOLUTO

S012 Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população re 0,14 0,11 RAZAO

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D1.O1.Ms12.Mg1): Ampliar ações de promoção, prevenção, detecção e tratamento do câncer de mama, na oferta de exames de mamografia	2,00	2,00	N ABSOLUTO

S013 Ações de Matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica 4,00 0,78 N ABSOLUTO

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D1.O1.Ms13.Mg02): Incentivar a implantação e/ou reclassificação de pontos de atenção da rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em 100% das Regiões de Saúde durante o quadriênio.	75,00	75,00	N ABSOLUTO
1.2	D1.O1.Ms13.Mg03): Incentivar a habilitação de pontos de atenção da rede de atenção psicossocial RAPS em 80% das regiões de saúde.	60,00	60,00	N ABSOLUTO

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.3	D1.O1.Ms13.Mg04): Garantir ações de qualificação para os trabalhadores da RAPS para a prestação adequada dos serviços de saúde mental no Estado.	13,00	13,00	N ABSOLUTO
1.4	D1.O1.Ms13.Mg05): Realizar monitoramento dos serviços existentes garantindo a prestação de serviços de saúde mental de acordo com a legislação vigente.	30,00	30,00	N ABSOLUTO
1.5	D1.O1.Ms13.Mg06): Participar em ações intersetoriais para o fortalecimento da Política de Saúde Mental.	3,00	3,00	N ABSOLUTO
1.6	D1.O1.Ms13.Mg07): Criar e fortalecer os colegiados ampliados de saúde mental em consonância com as diretrizes da PSM	3,00	3,00	N ABSOLUTO

DIRETRIZ 2: APRIMORAR AS REDES DE ATENÇÃO E PROMOVER O CUIDADO INTEGRAL ÀS PESSOAS NOS VÁRIOS CICLOS DE VIDA (CRIANÇA, ADOLESCENTE, JOVEM, ADULTO E IDOSO), CONSIDERANDO AS QUESTÕES DE GÊNERO E DAS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, NA ATENÇÃO BÁSICA, NAS REDES TEMÁTICAS E NAS REDES DE ATENÇÃO NAS REGIÕES DE SAÚDE.

APRIMORAR E IMPLANTAR AS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE NAS REGIÕES DE SAÚDE, COM ÊNFASE NA ARTICULAÇÃO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, REDE CEGONHA, REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, REDE DE CUIDADOS À PESS.

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
S001	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos .	26,99	24,33	%

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	Disponibilizar em 100% procedimentos para todas as gestantes de risco habitual e de alto risco	0,00	0,00	N ABSOLUTO

S002	Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de Pré Natal.	53,00	47,45	%
------	---	-------	-------	---

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D2.O1.Me15.Mg01): Implementar Serviço da Atenção Primária, da Política de Gestão da Atenção Integral de Assistência ao pré-natal nas Regiões de Saúde ampliando a oferta de consulta de pré-natal em 45% no percentual de Nascidos Vivos de mães com 7 ou mais consultas.	6,00	6,00	N ABSOLUTO

S003	Proporção de acesso hospitalar dos óbitos por acidente.	36,91	0,00	%
------	---	-------	------	---

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D2.O1.Me16.Mg1-Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade, implantando e implementando o acolhimento com classificação de risco em 100% das portas de entrada dos Hospitais da Rede de Urgência e Emergência do Estado do Pará.	2,00	2,00	N ABSOLUTO

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.2	D2.O1.Me16.Mg2-Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade, apoiando tecnicamente a habilitação de 41 UPAS com Cobertura de 100% dos municípios.	10,00	10,00	N ABSOLUTO

S004 Proporção de óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM). 12,63 10,49 %

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D2.O1.Me20.Mg3 SAÚDE / Regulação em Saúde, Implementar os complexos reguladores, conforme estabelece a política nacional de regulação do SUS.	12,00	13,00	N ABSOLUTO
1.2	D2.O1.Me20.Mg4 SAÚDE/Regulação em Saúde, Apoiar a implementação das centrais de regulação dos municípios do estado.	12,00	13,00	N ABSOLUTO
1.3	D2.O1.Me20.Mg5 SAÚDE/Regulação em Saúde, Apoio a implementação do SISREG nas centrais de regulação de 100% dos municípios do Estado	12,00	11,00	N ABSOLUTO
1.4	D2.O1.Me17.Mg1 Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade. Implantar 30 serviços de telemedicina passando de 40 pontos para 70 (até 2019).	7,00	7,00	N ABSOLUTO

S005 Proporção de registro de óbitos com causa básica definida. 90,00 90,36 %

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D2.O1.Ms18.Mg1 - Aumentar a proporção de óbito por causa básica bem definida para 92% de 2017- 2021.	92,00	92,32	%

S006 Proporção de parto normal no SUS e na Saúde Suplementar. 51,46 50,99 %

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D2.O1.Ms19.Mg01): Implementar a Política de Gestão da Atenção Integral de Assistência ao Parto e Nascimento nas regiões de saúde, , alcançando o percentual de 55% de parto normal.	6,00	2,00	%
1.2	D2.O1.Ms19.Mg02): Implementar a Política de Gestão da Atenção Integral do Planejamento Reprodutivo nas Regiões de Saúde.	6,00	4,00	N ABSOLUTO

S007 Cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192). 89,18 76,38 %

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D2.O1.Me20.Mg1: Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade, Apoiar o processo de habilitação e qualificação de 40 municípios com o SAMU 192.	10,00	7,00	N ABSOLUTO
1.2	D2.O1.Me20.Mg2: Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade, Apoiar o processo de habilitação e qualificação do serviço de atendimento móvel aéreo para 6 regiões de saúde com cobertura de 100%.	2,00		N ABSOLUTO

PROMOVER O CUIDADO INTEGRAL ÀS PESSOAS NOS CICLOS DE VIDA (CRIANÇA, ADOLESCENTE, JOVEM, ADULTO E IDOSO), CONSIDERANDO AS QUESTÕES DE GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL, RAÇA/ETNIA, SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
S001	Taxa de mortalidade infantil	14,48	14,79	/1000

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D2.O2.Ms21.Mg01): Implementar de serviços da Política a Atenção Integral à Saúde da Criança.	87,00	84,00	N ABSOLUTO
1.2	D2.O2.Ms21.Mg02): Implementar o Programa Nacional de Triagem Neonatal com apoio a ampliação de serviços (Postos de coleta) e cobertura de recém nascidos.	8,00	10,00	N ABSOLUTO

S002	Número de Óbitos Maternos em determinado período e local de residência.	70,00	82,00	N ABSOLUTO
------	---	-------	-------	------------

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D2.O2.Ms22.Mg01): Apoiar a vigilância do óbito materno com o intuito de investigar em 100 % os óbitos maternos	1,00	1,00	N ABSOLUTO

S003	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49) investigados	80,00	41,15	%
------	--	-------	-------	---

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D2.O2.Ms23.Mg01): Apoiar a vigilância do óbito materno com o intuito de investigar 75% dos óbitos de mulheres em idade férteis.	3,00	2,00	N ABSOLUTO
1.2	D2.O2.Me24.Mg01): Apoiar a vigilância do Óbito Materno com o intuito de Reduzir em 5% a mortalidade materna em relação aos anos anteriores	3,00	4,00	N ABSOLUTO

S004	Proporção de óbitos maternos investigados.	80,00	70,73	%
------	--	-------	-------	---

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D2.o2.Me24- Apoiar a vigilância do obito materno com o intuito em reduzir em 5% a maternidade materna em relação aos anos anteriores.	3,00	4,00	N ABSOLUTO

S005 Nº de unidades de saúde com serviço de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências implantado 163,00 98,00 N ABSOLUTO

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D2.O2.Me25.Mg01): Apoiar a implantação da rede de atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual.	3,00	3,00	N ABSOLUTO

DIRETRIZ 3: REDUZIR E PREVENIR RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE DA POPULAÇÃO POR MEIO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA, PROMOÇÃO E PROTEÇÃO, COM FOCO NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS, ACIDENTES E VIOLÊNCIAS, NO CONTROLE DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS E NA PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL.

REDUZIR E PREVENIR RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE DA POPULAÇÃO, CONSIDERANDO OS DETERMINANTES SOCIAIS, POR MEIO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA, PROMOÇÃO E PROTEÇÃO, COM FOCO NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO T

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
----	-----------	-----------	-----------	---------

S001 Número de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade. 454,00 508,00 N ABSOLUTO

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D3.O1.Ms26.Mg01): Reduzir os casos de sífilis congênita.	12,00	13,00	N ABSOLUTO
1.2	D3.O1.Me26.Mg02): Apoiar tecnicamente e monitorando aos municípios quanto a execução da Política de Gestão da Atenção Integral de Assistência pré-natal, na realização do teste rápido de sífilis.	13,00	8,00	N ABSOLUTO
1.3	D3.O1.Ms26.Mg3 -Reduzir o numero de sífilis congênita em menores de 1 ano em 50% de 2017	454,00	481,00	%

S002 Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crôn 82,40 201,00 /100.000

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D3.O1.Ms27.Mg02): Organizar em Rede Assistencial as ações do Programa de atenção a saúde do idoso conforme preconizado no estatuto do idoso e na política nacional de Saúde da Pessoa Idosa em 50% dos municípios ao ano.	39,00	52,00	N ABSOLUTO
1.2	D3.O1.Ms27.Mg3 - Reduzir em 2% ao ano o número de óbitos prematuros (<70 anos) pelo conjunto das quatro principais DCNT de 2017-2021	240,85	40,28	/100.000

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.3	D3.O1.Ms27.Mg01): Reduzir as internações pelas Doenças Crônicas Não Transmissíveis - DCNT e seus fatores de risco	45,00	63,00	N ABSOLUTO
1.4	D3.O1.Ms27.Mg01): Reduzir as internações pelas Doenças Crônicas Não Transmissíveis - DCNT e seus fatores de risco.	45,00	63,00	N ABSOLUTO

S003 Proporção de vacinas selecionadas do Calendário nacional de vacinação para crianças menores de dois 87,20 54,00 %

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D3.O1.Ms28.Mg1-75% dos munic., c/ as cobert. vacinais adequadas do calend. básico de vac. da criança.	75,00	61,67	%

S004 Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial. 85,00 77,77 %

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D3.O1.Me29.Mg1-Aumentar a cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera de 80 p/ 85% de 2017-2021.	85,00	67,20	%
1.2	D3.O1.Me29.Mg2 - Monitorar e acompanhar em 100% os planos de ações do financiamento.	100,00	30,00	%

S005 Proporção de exame anti-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose. 85,00 64,82 %

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D3.O1.Me30.Mg1- Realizar exame anti-hiv de 85 à 89% nos casos novos de tuberculose de 2017-2021	85,00	64,82	%

S006 Proporção de municípios com casos de doenças ou agravos relacionados ao trabalho notificados. 67,70 43,75 %

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D3.O1.Me31.Mg1-Aumentar a proporção de municípios com casos de doenças ou agravos relacionados ao trabalho notificados, para 80% de 2017-2021.	40,00	43,75	%
1.2	D3.O1.Me31.Mg2)-Reduzir os riscos e agravos à saúde da população.	454,00	801,00	N ABSOLUTO

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
S007	Número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos.	17,00	14,00	N ABSOLUTO
Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D3.O1.Ms32.Mg1- Reduzir em 50% o número de casos novos de AIDS menores de 05 anos,2017-2021-	22,00	22,00	N ABSOLUTO
S008	Proporção de cura de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	90,00	83,07	%
Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D3.O1.Ms33.Mg1 - Atingir o percentual de 90% de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados 2017-2020	90,00	104,00	%
S009	Proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase.	82,50	89,70	%
Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D3.O1.Me34.Mg1 - Aumentar em 90% os contatos examinados dos casos novos de hanseníase, nos anos das coortes de 2017-2021-	90,00	83,80	%
S010	Número de casos autóctones da malária.	3,17	4,67	N ABSOLUTO
Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D3.O1.Ms35.Mg1-Reduzir em 50% a incidência parasitaria anual de malária dimensionado em nº absoluto .	13.302,00	37.358,00	N ABSOLUTO
1.2	D3.O1.Me36.Mg1 - Reduzir em 50% o número de óbito por dengue de 2017-2021-	0,00	0,00	N ABSOLUTO
S011	Número absoluto de óbitos por dengue.	1,00	2,00	%
Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D3.O1.Me36.Mg1 - Reduzir em 50% o número de óbito por dengue de 2017-2021	0,00	0,00	N ABSOLUTO
S012	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetoria da dengue.	75,00	66,77	N ABSOLUTO

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D3.O1.Ms37.Mg1 - Realizar 80% de visita domiciliar em imóveis nos quatro ciclos	80,00	76,72	%

S013 Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez

62,50 54,83 %

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D3.O1.Ms38.Mg2 - Realizar análises em amostras ambientais de água.	43.000,00	34.707,00	N ABSOLUTO

S014 Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.

0,00 0,00 %

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D3.O1.Ms39.Mg1 - Planejar, dimensionar e promover a força de trabalho na área de saúde necessária ao desenvolvimento do trabalho na SESPA.	98.040,00	98.040,00	N ABSOLUTO
1.2	D3.O1.Ms39.Mg2 - Implantar e implementar as ações do programa de atenção integral à saúde do trabalhador (PAIST) da SESPA.	2.100,00	2.869,00	N ABSOLUTO

Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
S001	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária, consideradas necessárias a todos os municípios no ano.	70,00	91,00	%

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D3.O2.Ms40.Mg2 - 100 % dos municípios executando as 7 ações de vigilância sanitária consideradas necessárias, até 2021. *grupos de ações necessárias à atuação da vigilância sanitária local, quais sejam: (i) cadastro de estabelecimentos sujeitos à visita; (ii) inspeção em estabelecimentos sujeitos à visita	100,00	139,36	%

S002 Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após notificação.

80,00 79,10 %

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D3.O2.Ms41.Mg-META REGIONALIZADA/PPA: Reduzir 20% até 2019 o número absoluto de óbitos por leishmaniose visceral, nos municípios de Redenção e Conc.do Araguaia, Marabá.	100,00	71,43	%
1.2	D2.O2.Ms41.2.Mg1-META REGIONALIZADA/PPA: Iniciar o tratamento em 100% dos casos diagnosticados com Doenças de Chagas, nos municípios de Belém, Ananindeua, Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri, Moju e Cametá.	100,00	80,00	%

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.3	D2.O2.Ms41.1.Mg1 - Aumentar em 20% o acesso ao diagnóstico da hepatite C.	237,00	259,00	N.Absoluto
1.4	D3.O2.Ms41.Mg1 - Encerrar oportunamente as doenças de notificação compulsórias imediatas elencadas pelo MS de 80 à 89% de 2017-2021, em 2017 - 80%.	80,00	174,29	%
1.5	D2.O2.Ms41.2.Mg1- Controlar zoonoses em 100% das regiões de saúde e municípios.	100,00	100,00	%
1.6	D3.O1.Ms . Mg1 - Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos, realizando vigilância itinerante e ações complementares em 100% dos municípios em situação de risco e ocorrência de agravos inusitados em saúde pública.	100,00	100,00	%
1.7	D3.O2.Ms41.Mg2 - Promover a capacitação e o acompanhamento das subredes de agravos (foi alterado a nomenclatura da meta):Promover ações de vigilância epidemiológica laboratorial-	53,00	56,00	N ABSOLUTO

DIRETRIZ 4. FORTALECER O PAPEL DO ESTADO NA REGULAÇÃO DO TRABALHO EM SAÚDE E ORDENAR, PARA AS NECESSIDADES DO SUS, A FORMAÇÃO, A EDUCAÇÃO PERMANENTE, A QUALIFICAÇÃO, A VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS, COMBATENDO A PRECARIZAÇÃO E FAVORECENDO A DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO. TUDO ISSO CONSIDERANDO AS METAS DE SUPERAÇÃO DAS DEMANDAS DO MUNDO DO TRABALHO NA ÁREA DA SAÚDE ESTABELECIDAS PELA DÉCADA DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE, INICIADA EM 2013

Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
S001	Proporção de ações de educação permanente implementadas e/ou realizadas.	80,00	38,00	%

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D4.O1.Me42.Mg4-Executar o proj.mapear p/educar.	6.560,00	700,00	N ABSOLUTO
1.10	D4.O1.Me42.Mg11 Realizar Cursos Técnicos para os Trabalhadores do SUS.	65,00	31,00	N ABSOLUTO
1.10	D4.O1.Me42.Mg10 Realizar cursos de Formação Inicial e Continuada para os trabalhadores do SUS.	3.428,00	2.070,00	N ABSOLUTO
1.2	D4.O1.Me42.Mg5 -Acompanhar, regular e avaliar a formação de profissionais para o SUS.	996,00	963,00	N ABSOLUTO

N°	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
N°	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.3	D4.O1.Me42.Mg6-Desenv.ações de formação e qualif. dos trab.da SESPA.	810,00	376,00	N ABSOLUTO
1.4	D1.O1.Me42.Mg 08)-Qualificar gestores para atuar no SUS.	760,00	540,00	N ABSOLUTO
1.5	D4.O1.Me42.Mg12)-Qualificar trabalhadores para atuar na área da saúde.	4.500,00	5.414,00	N ABSOLUTO
1.6	D4.O1.Me42.Mg1): Implementar ações de prevenção, conscientização pública, mobilização social e combate aos acidentes de motor com escalpelamento nos municípios com maior incidência e também implantar novos Comitês Municipais e monitorar os já existentes	46,00	46,00	N ABSOLUTO
1.7	D4.O1.Me42.Mg2 - Coordenar a implementação dos programas de provimento de pessoal (PROVAB e Mais Médicos)-	800,00	779,00	N ABSOLUTO
1.8	D4.O1.Me42.Mg9 - Implementar as diretrizes e os dispositivos da PNH nas regiões de saúde.	134,00	97,00	N ABSOLUTO
1.9	D4.O1.Me42.Mg7 - Ampliação da rede de bibliotecas do sus-rede Bibliosus no Pará, visando o levantamento e Divulgação de Publicações Técnicas e Científicas na Área de Saúde no Estado	3.000,00	3.062,00	N ABSOLUTO
S002	Proporção de novas vagas ou de novos programas de residência em saúde.(* houve adesão a expansão de vagas/programas através de edital/2017 porém a efetivação ocorre em 2018)	0,00	0,00	N ABSOLUTO
N°	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D4.O1.Me43.Mg1 - Acompanhar e Monitorar a Formação de Especialistas no Estado	0,00	0,00	N ABSOLUTO
1.2	D1 O1 Me43Mg2/2017)Formar especialistas para atuar na área da saúde.Realização de residência em saúde	75,00	61,00	N ABSOLUTO
S003	Número de pontos do Telessaúde Brasil Redes implantados.(** informações insuficientes	79,00	0,00	N ABSOLUTO
N°	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D4.O1.Me44.Mg1 - Acompanhar e Monitorar a Implementação do Programa Telessaúde Brasil Redes Pará.	0,00	0,00	

Objetivo 2 - Investir em qualificação e fixação de profissionais para o SUS Desprecarizar o trabalho em saúde nos serviços do SUS da esfera pública na região de Saúde.

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
S001	NÚMERO DE MESAS OU ESPAÇOS FORMAIS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE DO SUS, IMPLANTADOS E/OU MANTIDOS EM FUNCIONAMENTO.	1,00	0,00	N ABSOLUTO

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	X mesas (ou espaços formais) municipais ou estaduais de negociação do SUS, implantados e	1,00		

DIRETRIZ 5. APRIMORAR A RELAÇÃO FEDERATIVA NO SUS, FORTALECENDO A GESTÃO COMPARTILHADA NAS REGIÕES DE SAÚDE E COM A REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO, CONSIDERANDO AS ESPECIFICIDADES REGIONAIS E A CONCERTAÇÃO DE RESPONSABILIDADES DOS MUNICÍPIOS, ESTADOS E UNIÃO, VISANDO OFERECER AO CIDADÃO O CUIDADO INTEGRAL.

.Objetivo 1 - Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do ministério da saúde como gestor federal do SUS

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
S001	Plano de Saúde enviado ao Conselho de Saúde.	1,00	1,00	N ABSOLUTO

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	MG: 1/2017)-Apoiar o processo de implementação dos Sistemas de Informação referentes ao processo de planejamento em saúde GM, SIGPLAN e SISPACTO	100,00	100,00	%
1.2	Apoiar o processo de elaboração, monitoramento, acompanhamento e avaliação dos instrumentos de planejamento da saúde	100,00	100,00	%

DIRETRIZ 6. GARANTIR O FINANCIAMENTO ESTÁVEL E SUSTENTÁVEL PARA O SUS, MELHORANDO O PADRÃO DO GASTO E QUALIFICANDO O FINANCIAMENTO TRIPARTITE E OS PROCESSOS DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS.

Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do SUS.

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
S001	Proporção de entes com pelo menos uma alimentação por ano no Banco de Preço em Saúde.	1,00	1,00	N ABSOLUTO
S002	Proporção de municípios com ouvidoria implantada	42,36	60,40	%

Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D6.O1.Me48.Mg1 GOVERNANÇA P/RESULTADOS/Implantação da Rede de Ouvidoria do Estado, Apoiar a implantação de ouvidoria do SUS nos munic	155,00	94,00	N ABSOLUTO

S003	Componente do Sistema Nacional de Auditoria (SNA) estruturado.	3,00	1,00	N ABSOLUTO
------	--	------	------	------------

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
Nº	Ação	Meta 2017	Resultado	Unidade
1.1	D6.O1.Me49.Mg2 SAÚDE / Realização de Auditoria do SUS, apoiando na implementação das ações do SNA Municipal..	2,00	0,00	N ABSOLUTO
1.2	D6.O1.Me49.Mg1 SAÚDE/Implementação das Ações de Auditoria do SUS. Realizar auditoria operativa..	9,00	7,00	N ABSOLUTO

5.1 Execução Orçamentária

Recursos Orçamentários

Valor R\$ 2.904.347.806,17 **Valor** R\$ 2.637.215.232,70

Análise e Considerações

Síntese:1-Vigilância em Saúde(VS):No ano de 2017 das 21 metas pactuadas pela gestão estadual de VS, 91% delas alcançaram as metas em conformidade com o programado, as metas de homogeneidade vacinal e redução da malária, ficaram abaixo do esperado, foram desenvolvidas ações estratégicas que foram impactantes p/ o alcance das metas o que de forma preventiva, através do diagnostico precoce, analise da situação de saúde, vigilância efetiva e contínua dos fatores de risco p/ o desenvolvimento de doenças, planejamento estratégico e diagnostico dos eventos de interesse da saúde publica, fizeram a diferença qto ao cumprimento da diretriz e seu objetivo.Essas ações foram vigilância itinerante p/controle e prevenção e promoção dos agravos de Zica, Dengue,Chikungunya, Tuberculose, leishmaniose, em campanhas pontuais e ação direta em municípios de grande concentração pop.nos períodos específicos do ano(camaval, férias de julho, final do ano). As ações de mobilização social p/ o enfrentamento ao Aedes aegypti, em todo o Estado.Ou seja a VS não poupou esforços, utilizando toda a sua potencialidade, mesmo reconhecendo nossas fragilidades caminhamos rumo á prevenção e conseguimos evitar a raiva humana, a ocorrência da Febre amarela, reduzir a doença de chagas, manter a não ocorrência de óbito por dengue, conter o surto de zikav e Chikungunya, entre outras.Todos os esforços foram em ações conjunta, integrada na interinstitucionalidade na multidisciplinaridade em conjunto c/ todas as Secretarias afins, gestão Municipal, Regional e MS.2- Atenção Básica:-Observa-se a atuação positiva do Estado na PNAB, pois ao analisarmos a série histórica de cobertura pop.constata-se um acréscimo na cobertura de AB.Atualmente todos os municípios do Pará possuem estratégia de saúde da família totalizando 1.508 equipes já 2017.-As ações são focadas na realização de estratégias p/redução da morbimortalidade infantil em especial o componente neonatal.Nesse propósito vem implementando programas e ações c/vistas a organização da Rede de Atenção à Mulher e a Criança, qualificando profissionais em: AIDPI Neonatal com Reanimação Neonatal (capacitados 103 profissionais), Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (42 profissionais), capacitação em aleitamento materno p/ Hosp. amigos da criança - IHAC (83 profissionais) e Programa de Triagem Neonatal (185 profissionais).Usando a redução da mortalidade infantil no componente neonatal em junho o Estado aderiu a Estratégia Quali Neo.A estratégia tem como finalidade a qualificação das equipes atuantes nas maternidades iniciando o processo em três (03) maternidades nos municípios de Belém e Bragança, estas serão matriciadoras p/ as demais instituições de assistência Neonatal.3-Regulação: Ocorreram muitos avanços na condução desse processo, principalmente no que se refere a ampliação de serviços de saúde especializados de alta. Outro avanço esta relacionado a implementação dos Complexos Reguladores Regionais que vem dar ênfase ao processo organizativo dos fluxos de referência da rede de atenção a saúde nas regiões do estado.Relevante também foi o papel desempenhado pela Auditoria na fiscalização, e acompanhamento e avaliação continua dos serviços prestados a pop.complementada pela Ouvidoria do SUS, que intensificou o canal de comunicação do usuário do sistema com a gestão do SUS.4-Alta e média Comp.: Destaca-se a habilitação pelo MS do serviço de alta complexidade de grande importância na área da Oncologia sendo 02 serviços localizados no município de Belém 01 serviço implantado no Hosp.Oncológico Infantil Octávio Lobo, de gestão estadual, mantido com rec.estadual e o outro no Hosp.Universitário João de Barros Barreto de gestão federal, porém os dois serviços sem financiamento federal até o momento e 01 em Santarém, este último obteve a aprovação da sua requalificação.Na linha de cuidado materno infantil no atendimento de Cuidados Intensivo Neonatal nos Municípios de Conceição do Araguaia e Tucuruí, estes c/ financiamento federal.

6. DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS (Fonte: SIOPS)

6.1 DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS (Fonte: SIOPS)

Última atualização: 28/03/2018 17:13:49

	RECEITAS (R\$)						DESPESAS (R\$)					Movimentação Financeira		
	Transferência fundo a fundo			Op. Crédito /Rend. /Outros	Recursos Próprios	Total	Dotação	Empenhada	Liquidada	Paga	Orçada	RP/Outros Pagamentos	Saldo Finan. do Exercício Anterior	Saldo Finan. do Exercício Atual
	Federal	Outros Estados	Municipal											
Atenção Básica	1.829.833,22	0,00	0,00	0,00	0,00	13.649.260,55	14.707.033,43	13.649.260,55	13.649.260,55	12.558.052,04	14.707.033,43	0,00	0,00	1.091.208,51
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	359.531.127,58	0,00	0,00	0,00	0,00	1.289.714.821,29	1.354.936.952,00	1.290.371.334,10	1.289.714.820,71	1.229.838.335,14	1.354.936.952,00	0,00	0,00	59.876.486,15
Vigilância em Saúde	14.246.223,98	0,00	0,00	0,00	0,00	36.403.841,83	52.298.143,75	36.410.689,08	36.403.841,83	35.216.243,77	52.298.143,75	0,00	0,00	1.187.598,06
Assistência Farmacêutica	13.982.757,23	0,00	0,00	0,00	0,00	40.776.666,28	44.790.238,55	40.776.666,28	40.776.666,28	39.640.564,48	44.790.238,55	0,00	0,00	1.136.101,80
Gestão do SUS	2.150.281,35	0,00	0,00	0,00	0,00	1.083.872.196,47	1.121.789.104,88	1.083.956.208,58	1.083.872.196,47	1.073.192.965,10	1.121.789.104,88	0,00	0,00	10.679.231,37
Bloco Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	10.814.203,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171.528.484,66	315.826.333,56	172.051.074,11	171.528.484,66	154.642.034,73	315.826.333,56	0,00	0,00	16.886.449,93
CEO- Centro Espec. Odontológica	756.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	756.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	756.250,00
Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	1.829.833,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1.829.833,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.829.833,22
Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	339.295.115,70	0,00	0,00	0,00	0,00	339.295.115,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	339.295.115,70
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	930.183.693,71	1.354.936.952,00	1.290.371.334,10	1.289.714.820,71	1.229.838.335,14	1.354.936.952,00	0,00	0,00	-299654641,43
Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	340.051.365,70	0,00	0,00	0,00	0,00	340.051.365,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.051.365,70
Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica	5.301.179,44	0,00	0,00	0,00	0,00	5.301.179,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.301.179,44
CNRAC - Centro Nacional Regulação de Alta Complex.	19.479.761,88	0,00	0,00	0,00	0,00	19.479.761,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.479.761,88
Fundo de Ações Estratégicas e Compensação -FAEC	19.479.761,88	0,00	0,00	0,00	0,00	19.479.761,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.479.761,88
Incentivo Atenção à Saúde - Sistema Penitenciário	1.829.833,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1.829.833,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.829.833,22
Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	8.481.281,98	0,00	0,00	0,00	0,00	8.481.281,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.481.281,98
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo(6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.819.427,33	14.707.033,43	13.649.260,55	13.649.260,55	12.558.052,04	14.707.033,43	0,00	0,00	-738624,71
Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	14.246.223,98	0,00	0,00	0,00	0,00	36.403.841,83	52.298.143,75	36.410.689,08	36.403.841,83	35.216.243,77	52.298.143,75	0,00	0,00	1.187.598,06
Outros Programas assistência farmacêutica financiados por transferência Fundo a Fundo	200.295,81	0,00	0,00	0,00	0,00	26.994.204,86	44.790.238,55	40.776.666,28	40.776.666,28	39.640.564,48	44.790.238,55	0,00	0,00	-12646359,62
Outros Programas de Gestão do SUS financiados por transferência Fundo a Fundo	2.150.281,35	0,00	0,00	0,00	0,00	1.083.872.196,47	1.121.789.104,88	1.083.956.208,58	1.083.872.196,47	1.073.192.965,10	1.121.789.104,88	0,00	0,00	10.679.231,37
Serviços de Saúde	29.688.914,08	0,00	0,00	0,00	0,00	29.688.914,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.688.914,08

Análise Sobre a Utilização dos Recursos

DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Este demonstrativo é composto pelas Receitas, Despesas e Execução Financeira com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS por Bloco de Financiamento.

Os Blocos de Financiamento do SUS, conforme propugna a Lei Complementar 141/2012 são: Atenção Básica, Vigilância em Saúde, Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar, Assistência Farmacêutica, Bloco Investimentos na Rede de Serviços de Saúde e Gestão do SUS.

Para de apuração da receita, elencamos os recursos informados pelos blocos de financiamento conforme transmissão ao SIOPS.

Assim, a RECEITA segundo a esfera resultou na tabela abaixo.

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS APURADAS POR BLOCO DE FINANCIAMENTO SEGUNDO ESFERA – PARÁ - 2017

BLOCO DE FINANCIAMENTO	RECEITAS		TOTAL	% FUNDO A FUNDO	% REC. PRÓPRIOS
	TRANSFERÊNCIA FEDERAL	RECURSOS PRÓPRIOS ESTADUAL			
ATENÇÃO BÁSICA	1.829.833,22	11.819.427,33	13.649.260,55	13,41	86,59
ATENÇÃO DE MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR	359.531.127,58	930.183.693,13	1.289.714.820,71	27,88	72,12
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	14.248.223,98	22.157.617,85	36.403.841,83	39,13	60,87
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	13.982.757,23	26.793.909,05	40.776.666,28	34,29	65,71
BLOCO INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE	10.814.203,00	160.714.281,66	171.528.484,66	6,30	93,70
GESTÃO DO SUS	2.150.281,35	1.081.721.915,12	1.083.872.196,47	0,20	99,80
TOTAL	402.554.426,36	2.233.390.844,14	2.635.947.287,50	15,27	84,73

Fonte: SIOPS 2016

Para apuração da DESPESA, os dados foram agrupados pelos estágios da Dotação, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada e Despesa Paga, sendo que para análise adotou-se a Despesa Liquidada. Os valores estão demonstrados no quadro abaixo.

BLOCO DE FINANCIAMENTO	DESPESAS			% LIQUIDADADA
	DOTAÇÃO	EMPENHADA	LIQUIDADADA	
ATENÇÃO BÁSICA	14.707.033,43	13.649.260,55	13.649.260,55	0,52
ATENÇÃO DE MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR	1.354.936.952,00	1.290.371.334,10	1.289.714.820,71	48,93
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	52.298.143,75	36.410.889,08	36.403.841,83	1,38
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	44.790.238,55	40.776.666,28	40.776.666,28	1,55
GESTÃO DO SUS	1.121.789.104,88	1.083.956.208,58	1.083.872.196,47	41,12
BLOCO INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE	315.826.333,58	172.051.074,11	171.528.484,66	6,51
TOTAL	2.904.347.806,17	2.637.215.232,70	2.635.945.270,50	100,00

Fonte: SIOPS

Com isso obtivemos os seguintes resultados.

O total da Despesa Liquidada, segundo os dados colhidos, foi de R\$2.635.947.287,50.

A Despesa por Bloco de Financiamento apresentou os seguintes dados:

- Atenção Básica: R\$13.649.260,55
- Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar: R\$1.289.714.820,71
- Vigilância em Saúde: R\$36.403.841,83
- Assistência Farmacêutica: R\$40.776.666,28
- Gestão do SUS: R\$1.083.872.196,47
- Investimentos na Rede de Serviços de Saúde: R\$171.528.484,66

Quanto ao volume aplicado pelos Blocos de Financiamento, observamos que o Bloco da Atenção Básica foi o que menos impactou na despesa, com o total de R\$13.649.260,55, representando somente 0,52% do total aplicado, reduzindo a sua participação no somatório dos blocos em cerca de 30% neste nível de atenção. Em seguida, sob a ótica pelos menores comprometimentos das despesas, temos a Vigilância em Saúde com R\$36.403.841,83 com 1,38%, Assistência Farmacêutica com R\$40.776.666,28 ou 1,55%, Investimentos na Rede de Serviços de Saúde com R\$171.528.484,66 ou 6,51%, a que registrou maior percentual de reajuste em relação aos demais itens dos blocos de financiamento (76,8%) em relação ao ano passado.

Os Blocos que em que mais se aplicaram os recursos foram o da Gestão do SUS com R\$1.083.872.196,47 representando 41% do total dispendido e o Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar com R\$1.289.714.820,71 ou 48,9% de aplicação, sendo este o Bloco que absorveu quase a metade do total liquidado com ASPS no estado do Pará em 2017.

8. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

8.1. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

Última atualização:
26/03/2018 08:
32:10

Participação % da receita de impostos na receita total do Estado	42,64%
Participação % das transferências intergovernamentais na receita total do Estado	39,36%

Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para	5,68%
Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos	88,97%
Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da	6,84%
Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita	105,02%
Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Estado, por habitante	R\$317,38
Participação % da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	36,19%
Participação % da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	0,00%
Participação % da despesa com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com	7,56%
Participação % da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	6,51%
% das transferências para a Saúde em relação à despesa total do município com saúde	18,43%
% da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012	14,90%

Análise Sobre os Indicadores Financeiros

A análise dos principais indicadores elencados no SARGSUS são envolve as seguintes considerações e conclusões:

1.1. PARTICIPAÇÃO DA RECEITA DE IMPOSTOS NA RECEITA TOTAL DO ESTADO: O percentual representa a da receita de impostos e outros em relação as receitas totais do Estado. Quanto menor, maior a dependência de recursos de outras esferas, devendo ser realizada juntamente com o indicador 1.2, já que a soma de ambos deve ser próximo do total da receita realizada. A chamada "receita própria" se compõe da Receita de Impostos (R\$11.960.879.052,83) mais a Receita de Transferências Intergovernamentais deduzidas as transferências a municípios. No caso, houve aumento de 9,14 % em relação a 2016, de 39,07% para 42,84%, segundo o SIOPS.

1.2. PARTICIPAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS NA RECEITA TOTAL DO ESTADO: quanto maior for o percentual neste indicador, maior a dependência com relação a transferência de recursos de outras esferas. O percentual do total dos recursos transferidos pela União ao Estado sobre a receita total deste, representa cerca de 31,2% da Receita Total. O resultado de 39,36%, indica aumento de 3,7% em relação ao exercício de 2016 (37,97%).

1.3. PARTICIPAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (SUS) NO TOTAL DE RECURSOS TRANSFERIDOS PARA O ESTADO: Avalia a participação das transferências para a saúde do total de recursos transferidos para o Estado. Mostra o quanto importa o percentual aplicado em saúde impacta sobre os recursos recebidos por meio de transferências da União. O resultado de 2017, de 5,88% aponta um acréscimo de 1.4 pontos percentuais em relação ao exercício anterior de 4,2%.

1.4. PARTICIPAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO PARA A SAÚDE NO TOTAL DE RECURSOS TRANSFERIDOS PARA A SAÚDE NO ESTADO: quanto maior for o percentual deste indicador, maior será a participação da União nas transferências para a saúde. Ao longo da série histórica de 2010 a 2017 a média percentual oscilou em torno de 98%, sendo que em 2017 a participação percentual das transferências da União para o total de recursos transferidos para a Saúde foi de 88,97%, ou seja, do total executado (R\$ 485.810.577,47), os recursos transferidos fundo a fundo somaram R\$432.243.340,44.

1.5. PARTICIPAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO PARA A SAÚDE (SUS) NO TOTAL DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO PARA O ESTADO: mede o impacto das transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências realizadas pela União para o Estado. Quanto maior o percentual, maiores serão as transferências específicas para saúde em relação ao total de Transferências feitas pela União. O percentual registrado em 2017 de 6,84% obteve aumento em relação a 2016 de 5,73%.

1.6. PARTICIPAÇÃO DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS NA RECEITA TOTAL DO ESTADO: averigua a participação da receita própria, em relação a receita total do Estado, excluídas as deduções ou percentual advindo das receitas próprias. O resultado aponta para a quase totalidade atrelada à esta modalidade em 2017, com 82,57% sobre a receita total do estado, registrando um decréscimo no comprometimento da receita total. A maior parte dos recursos em saúde provém da receita líquida de impostos.

2.1. DESPESA TOTAL COM SAÚDE SOB A RESPONSABILIDADE DO ESTADO, POR HABITANTE: O resultado atingido em 2017 foi de R\$317,38.

3.2. PARTICIPAÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA APLICADA EM SAÚDE CONFORME A EC 29/2000 – LC 141/2012: Ao analisarmos os dados apresentados, verificamos que o percentual de aplicação em saúde com recursos próprios pelo estado do Pará em 2017 foi de 14,9%, mantendo-se na tendência de elevação paulatina.

9.1 - DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS COM SAÚDE (Fonte: SIOPS)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (b)	%(b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	13.213.474.535,00	13.213.474.535,00	11.960.879.052,83	90,52
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD	23.649.641,00	23.649.641,00	25.196.633,40	106,54
Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	11.214.686.694,00	11.214.686.694,00	10.115.674.599,93	90,20
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	568.847.541,00	568.847.541,00	528.773.027,46	92,96
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.170.711.524,00	1.170.711.524,00	1.143.823.358,79	97,70
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	53.140.998,00	53.140.998,00	25.344.771,32	47,69
Dívida Ativa dos Impostos	182.438.137,00	182.438.137,00	111.896.144,01	61,33
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	10.170.517,92	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	5.746.097.242,71	5.746.097.242,71	5.418.675.799,07	94,30
Cota-Parte FPE	5.397.113.983,71	5.397.113.983,71	5.102.350.616,19	94,54
Cota-Parte IPI-Exportação	285.164.000,00	285.164.000,00	252.505.924,16	88,55
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	63.819.259,00	63.819.259,00	63.819.258,72	100,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	63.819.259,00	63.819.259,00	63.819.258,72	100,00
Outras				
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)	0,00	0,00	2.894.350.326,96	0,00
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios	0,00	0,00	2.563.891.959,80	0,00
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios	0,00	0,00	267.331.886,46	0,00
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios	0,00	0,00	63.126.480,70	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (IV) = I + II - III	18.959.571.777,71	18.959.571.777,71	14.485.204.524,94	76,40

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (d)	%(d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	436.094.640,00	436.094.640,00	485.810.577,47	111,40
Provenientes da União	237.268.176,00	237.268.176,00	432.243.340,44	182,18
Provenientes de Outros Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes de Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	198.826.464,00	198.826.464,00	53.567.237,03	26,94
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	59.367.922,00	59.367.922,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	436.094.640,00	436.094.640,00	485.810.577,47	111,40

9.2. DESPESAS COM SAÚDE

9.2.1. DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% (f+g)/e
DESPESAS CORRENTES	2.342.973.705,00	2.588.405.472,61	2.464.416.785,84	747.372,75	95,24
Pessoal e Encargos Sociais	1.004.817.684,00	981.199.054,98	954.006.968,90	0,00	97,23
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.338.156.021,00	1.607.206.417,63	1.510.409.816,94	747.372,75	94,02

DESPESAS DE CAPITAL	146.464.295,00	315.942.333,56	171.528.484,66	522.589,45	54,46
Investimentos	146.464.295,00	315.942.333,56	171.528.484,66	522.589,45	54,46
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (V)	2.489.438.000,00	2.904.347.806,17	2.637.215.232,70	90,80	90,80

9.2.2.DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE, AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS Jan a Dez (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	%[(h+i)/V (f+g)]	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A		0,00	0,00	0,00	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO	N/A		0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A		477.786.266,63	693.675,14	18,14	
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A		429.413.932,59	693.675,14	16,31	
Recursos de Operações de Crédito	N/A		0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos	N/A		48.372.334,04	0,00	1,83	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A		0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO	N/A	N/A	N/A	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (VI)		N/A	478.479.941,77	693.675,14	18,14	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII) = [V(f+g) - VI(h+i)]			""	0,00	""	N/A

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VIII%) = (VII(H+I) /	14,90
--	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII(h+i) - (12 x IVb)/100]	420.510.747,94
--	----------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	576.287,06	N/A	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2016	254.328,17	0,00	254.328,17	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	830.615,23	0,00	254.328,17	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00

Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (X)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (l)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (m)	% [(l+m)/total (l+m)]x100
Atenção Básica	22.171.359,91	14.130.207,69	13.545.934,83	0,00	0,51
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.329.123.803,29	1.579.958.258,52	1.373.037.662,03	1.179.102,34	52,11
Suporte Profilático e Terapêutico	50.979.474,28	44.790.238,55	40.776.666,28	0,00	1,55
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	46.019.830,32	54.417.501,41	37.802.041,66	6.847,25	1,43
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	1.168.167.593,92	1.211.051.600,00	1.170.782.965,70	84.012,61	44,40
TOTAL	2.616.462.061,72	2.904.347.806,17	2.637.215.232,70		100,00

Análise Sobre Demonstrativo Orçamentário

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS COM SAÚDE - RECEITA

Os valores do primeiro Quadro do RREO são provenientes dos lançamentos realizado na aba de Receita Administração Direta sendo transportado para o Quadro RREO apenas as receitas vinculadas a ações e serviços públicos de saúde, ou seja, a Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais, deduzidas as Transferências Constitucionais a Municípios e outras.

A receita própria total realizada (arrecadada) pelo estado, segundo o RREO informado ao SIOPS, foi de R\$11.960.879.052,83.

A receita total das transferências constitucionais e legais realizadas pelo estado foi de R\$5.418.675.799,07.

A maior fonte de arrecadação própria continua sendo o ICMS, com o montante de R\$10.115.674.599,93.

Em segundo o IRRF, o montante de R\$ 1.143.823.358,79, seguido do IPVA com o montante de R\$528.773.027,46 e o ITCD com montante de R\$25.196.633,40.

Englobam a Receita Própria Realizada Bruta as Multas e Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos (R\$25.344.771,32), Dívida Ativa de Impostos (R\$111.896.144,01) e Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa (R\$10.170.517,92), totalizando R\$147.411.433,25.

O maior volume de recursos transferidos da União ao Estado, em relação à composição é a Cota-parte do FPE, num montante de R\$5.102.350.616,19, seguida da Cota-Parte IPI, com montante de R\$252.505.924,16.

As deduções de transferências constitucionais aos municípios totalizaram R\$2.894.350.326,96.

Para a efetivação do cálculo percentual a utilização da receita própria para apuração do percentual mínimo aplicado com ações e serviços de saúde, o resultado foi de R\$14.485.204.524,94, que é o somatório das receitas próprias, composta pela Receita líquida de Impostos + receita de transferências constitucionais legais – deduções de transferências constitucionais aos municípios.

DESPESAS

O total das despesas executadas com saúde pelo estado foi de R\$2.637.215.232,70. A despesa com saúde no valor de R\$478.479.941,77 não computada para fins de apuração do percentual mínimo, está relacionada às despesas com saúde que na LC nº 141/2012, não são consideradas para fins de apuração do percentual mínimo, ou seja, são deduzidas.

A despesa com ações e serviços de saúde com recurso próprio foi de R\$ 2.158.735.290,93, que é o somatório das despesas executadas de R\$2.637.215.232,70, menos, o total das despesas com saúde não computada no valor de R\$478.479.941,77. O estado atingiu o percentual de 14,90%, cumprindo assim o que determina a LC 141/2012. O percentual de aplicação em ações e serviços públicos de saúde é calculado das despesas totais com saúde (R\$ 2.158.735.290,93) / Receita Líquida de Impostos e Transferências (R\$14.485.204.524,94) *100.

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PARA

Demandante:

SNA ESTADUAL

Órgão responsável pela auditoria:

SESPA

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

07

Finalidade da auditoria:

Avaliar a Assistência Hospitalar prestada pela OS, assim como o Sistema Municipal de Saúde, com base na análise dos serviços prestados aos usuários do SUS, e a aplicação dos recursos financeiros repassados pelo estado aos municípios

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Secretaria Municipal de Saúde de Anajás
Hospital Santo Antônio Alenquer
Secretaria Municipal de Saúde de Inhangapi
Hospital Geral de Tailândia
Secretaria Municipal de Saúde de Moju
Secretaria Municipal de Saúde de S. Caetano de Odivelas
Secretaria Municipal de Saúde de Parauabepas

Recomendações

Das Auditorias programadas e realizadas no exercício de 2017, 03 (três) foram concluídas, 03 (três) estão em fase de elaboração de Relatório Preliminar e 01 (uma) aguardando a defesa do auditado para elaboração do Relatório Conclusivo.

Encaminhamentos

RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DAS AUDITORIAS CONCLUÍDAS

Secretaria Municipal de Saúde de Anajás: A Auditoria nº. 103, teve como objetivo atender demanda encaminhada pela Ouvidoria/SESPA para Apuração de denúncia, sobre possível precariedade no funcionamento do Sistema Municipal de Saúde, Gestão 2013, no município de Anajás-Pá com encaminhamentos as entidades envolvidas no presente relatório: Secretaria Estadual de Saúde Pública/SESPA, Diretor do 8º CRS, Diretor Geral do HM de Anajás, SMS de Anajás, Ex. Gestor -2013 e Presidente CMS de Anajás. As recomendações culminam na melhoria da qualidade da Atenção Básica em todos os seus aspectos.

O relatório está disponível para consulta no site consultaauditoria.saude.gov.br

Hospital Geral de Tailândia: A Auditoria nº. 106 teve como objetivo avaliar a Gestão Hospitalar, abrangendo o exercício de 2015/2016, em seus aspectos assistenciais e financeiros com encaminhamentos as entidades envolvidas no presente relatório: Secretaria Estadual de Saúde Pública/SESPA, Diretor do 8º CRS, Diretor do Hospital Geral de Tailândia e Presidente CES. As recomendações culminam na melhoria da qualidade da Atenção Básica em todos os seus aspectos.

O relatório está disponível para consulta no site consultaauditoria.saude.gov.br

Hospital Santo Antônio Alenquer: A Auditoria nº. 104 teve como objetivo avaliar demanda recebida no Gabinete/SESPA, oriunda do Hospital Santo Antônio no município de Alenquer-Pá, para Apurar Denúncia nos prontuários hospitalares nas competências de setembro, outubro, novembro e dezembro/2016. Com encaminhamentos as entidades envolvidas no presente relatório: Secretaria Estadual de Saúde Pública/SESPA, Diretor do 9º CRS, SMS de Alenquer, Ex. Gestor -2016, Médico auditor da SMS, Diretora Administrativa – HSA, CMS Alenquer e CES. As recomendações culminam na melhoria da qualidade da Atenção Básica em todos os seus aspectos.

O relatório está disponível para consulta no site consultaauditoria.saude.gov.br

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PARA

Demandante:

SNA ESTADUAL

Órgão responsável pela auditoria:

SESPA

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

01

Finalidade da auditoria:

Auditoria de Apuração de Denúncia, para atender demanda encaminhada pelo Gabinete/SESPA, oriunda do DENASUS/SGEP/MS, referente à denúncia formulada pelo SIMEPA de irregularidade na Gestão da Saúde no município de Parauapebas, gestão 2016.

Status da auditoria:

Em Andamento

Unidade(s) auditada(s):

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAUABEPAS.

Recomendações

Auditoria realizada no 3º quadrimestre, está em fase de elaboração de Relatório Preliminar, para encaminhamento a defesa do auditado

Encaminhamentos

RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DAS AUDITORIAS CONCLUÍDAS NO QUADRIMESTRE

Secretaria Municipal de Saúde de Ourilândia do Norte

A Auditoria nº. 98 teve como objetivo avaliar a assistência prestada pela Secretaria Municipal de Saúde nos Programas e Recursos Financeiros da Atenção Básica, abrangendo o exercício de 2014, bem como a situação atual da sua rede assistencial de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde, com suas coordenações/setores/divisões com encaminhamentos as entidades envolvidas no presente relatório: Secretaria Estadual de Saúde Pública/SESPA, Diretor do 12º CRS, SMS de Ourilândia do Norte, SMS de Ourilândia do Norte - Gestão 2016 e Presidente CMS de Ourilândia do Norte. As recomendações culminam na melhoria da qualidade da Atenção Básica em todos os seus aspectos. *O relatório está disponível para consulta no site consultaauditoria.saude.gov.br*

Hospital Geral de Tailândia

A Auditoria nº. 106 teve como objetivo avaliar a Gestão Hospitalar, abrangendo o exercício de 2015/2016, em seus aspectos assistenciais e financeiros com encaminhamentos as entidades envolvidas no presente relatório: Secretaria Estadual de Saúde Pública/SESPA, Diretor do 6º CRS, Diretor do Hospital Geral de Tailândia e Presidente CES. As recomendações culminam na melhoria da qualidade da Atenção Básica em todos os seus aspectos. *O relatório está disponível para consulta no site consultaauditoria.saude.gov.br*

Hospital Santo Antônio Alenquer

A Auditoria nº. 104 teve como objetivo avaliar demanda recebida no Gabinete/SESPA, oriunda do Hospital Santo Antônio no município de Alenquer-Pá, para Apurar Denúncia nos prontuários hospitalares nas competências de setembro, outubro, novembro e dezembro/2016. Com encaminhamentos as entidades envolvidas no presente relatório: Secretaria Estadual de Saúde Pública/SESPA, Diretor do 9º CRS, SMS de Alenquer, Ex. Gestor -2016, Médico auditor da SMS, Diretora Administrativa – HSA, CMS Alenquer e CES. As recomendações culminam na melhoria da qualidade da Atenção Básica em todos os seus aspectos. *O relatório está disponível para consulta no site consultaauditoria.saude.gov.br*

10.1. ARQUIVOS ANEXOS

Auditoria	Documento
07	AUDITORIAS SOFRIDAS PELA SESP 2017.docx, Anexos das auditoria 2017.doc, RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DAS AUDITORIAS REALIZADAS.docx, RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DAS AUDITORIAS PROGRAMADAS EM ANOS ANTERIORES E ENCERRADAS EM 2017.docx

11.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O estado do Pará possui diversidades, especificidades ou características que não podemos prescindir no momento de planificação no bojo das políticas públicas de Saúde. Sob tal aspecto, vínhamos adotando a perspectiva do atingimentos de objetivos, metas e indicadores tendo como princípio o estabelecimento de 88 indicadores, distribuídos pelas 13 diretrizes, os quais ainda compõem a estrutura programática no SARGSUS. Em meados de novembro de 2016 houve uma radical mudança de contexto, quando houve uma redução no número de indicadores para 23, em pleno curso do processo de planejamento para o exercício. Assim, é fundamental entender que qualquer mudança programática que se faça durante o exercício de gestão em curso, pode trazer influências adversas e atropela todo o processo de execução, pois acima de tudo ele é cultural e também remete a uma nova mudança nos instrumentos de planejamento. Fazê-la neste sentido de atualizar deveria ter um tempo adequado de absorção no processo do próximo exercício. A mudança quando ocorre no intuito de não atualizar mas sim de reduzir os indicadores e não considerando o processo de prioridades formuladas, sem considerar todo um contexto de planejamento e operacionalização das ações programáticas que demandem a aplicação de recursos orçamentários, pode acarretar em medidas a serem tomadas pelos gestores fora do tempo e custo operacional atropelando todo o processo de gestão.

11.2. RECOMENDAÇÕES PARA A PRÓXIMA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE E/OU REDIRECIONAMENTOS PARA O PLANO DE SAÚDE

O novo cenário que se desenha, passará a ser um processo consolidador na gestão estadual, se as competências funcionais convergirem para um só ponto estratégico: os objetivos e metas traçadas em um só esforço com os Municípios, Estado e a União, isto é: atingir o Planejamento Estadual Integrado. Estamos atuando em passos lentos porém significativos para uma construção didática e pedagógica pois envolve o aspecto cultural. Neste sentido, estamos buscando e norteando o processo integrado na forma da ascendência e da descentralização junto com os municípios em um foco regionalizado, devidamente planejado onde deverá expressar as prioridades e responsabilidades sanitárias comuns estabelecidas entre gestores de saúde da região através principalmente das Comissões Intergestores Regionais/CIR's que garantirá um melhor o acesso e a integralidade da atenção. Essas questões é o ponto de partida de recomendações para os gestores no sentido de organizar de maneira consistente suas atividades de planejamento, pois se considera que o planejamento regional como um processo que envolve um determinado padrão ou modo de governança. Como consequência, acreditamos que o ponto fundamental consistirá na identificação, no futuro próximo, da política a ser adotada pelos governantes (atores do SUS) na consolidação regional e entre regiões, respeitando as especificidades. Assim, um conjunto de aspectos e decisões deve ser considerado, tendo-se como unidade de análise a cadeia hierárquica do momento estruturante / o agente condutor da execução / as prioridades traçadas, devendo gerar contribuições específicas para cada situação.

11.3. ARQUIVOS ANEXOS

Documento	Tipo de Documento
RELATÓRIO DE GESTÃO - DPAIS 2017 - final _1_.pdf	Relatório da AB 2017
RELATORIO DE GESTÃO DDASS 2017 ATUALIZADO EM 27.02.pdf	RELATORIO DE GESTÃO REGULAÇÃO E OUVIDORIA 2017
RELATORIO DE GESTÃO 2017 -VS realinhado EM 12-03-2017 _1_.pdf	RELATORIO DE GESTÃO 2017 -VS
PES 2016-2019 completo.zip	Plano de Saúde do período 2014 - 2017
Resolução 039 - 7ª R. Ord. 25 07 2017 - Aprova o Plano Estadual de Saúde e a Programação Anual de Saúde _2016-2017.pdf	Resolução do Conselho de Saúde que aprova o Plano de Saúde do período de 2014 a 2017
PAS 2017 - CAPA D1-2-3.rar, PAS 2017 - D4 A D7.rar, PAS 2017 - D8 A D13.rar	Programação Anual de Saúde referente ao Ano do RAG
Resolução 039 - 7ª R. Ord. 25 07 2017 - Aprova o Plano Estadual de Saúde e a Programação Anual de Saúde _2016-2017.pdf	Resolução do Conselho de Saúde que aprova a programação anual de saúde referente ao ano do RAG
Relatório Anual de Gestão 2017 LACEN.pdf	Relatório de Gestão-LACEN 2017
DADOS QUANTITATIVOS DE VINCULOS DOS ÓRGÃOS DA SAUDE DO ESTADO.xlsx	Profissionais do SUS
Relatório_Gestão_2017_HEMOPA (1).pdf	Relatório HEMOPA 2017

12. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

12.1 RELATÓRIO QUADRIMESTRAL (LC 141/12)

Enviado para Assembléia Legislativa em	1º QUA	2º QUA	3º QUA
Enviado ao Conselho de Saúde em	20/06/2017	27/11/2017	04/04/2018
Enviado para Assembléia Legislativa em	20/06/2017	27/11/2017	04/04/2018

12.2. RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO (RAG)

12.2.1. INFORMAÇÕES DO GESTOR

Horário de Brasília

Enviado ao Conselho de Saúde para apreciação em	11/04/2018 11:48:04
Enviado ao Tribunal de contas a que está jurisdicionando em	05/04/2018
Enviado à Assembléia Legislativa em	05/04/2018
Reenviado ao Conselho de Saúde para reapreciação em	

12.2.2. INFORMAÇÕES DO CONSELHO DE SAÚDE

Horário de Brasília

Data de Recebimento do RAG pelo CS	11/04/2018 11:48:04
Apreciado pelo Conselho de Saúde em	
Reapreciado pelo Conselho em	
Parecer do Conselho de Saúde	
Status da Apreciação	Em Análise
Resolução da Apreciação	Data

PARA - PA, ____ de _____ de ____.